ISSN: 2358-8829

DA EQUIDADE DECLARADA À EQUIDADE OPERACIONAL: POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ENSINO DE MATEMÁTICA À LUZ DA COMPLEX INSTRUCTION

Ennayra Gabrielly Silva Buriti[1]
Glageane da Silva Souza[2]

INTRODUÇÃO

A equidade educacional constitui um desafio que ultrapassa a garantia formal do direito de acesso à escola. Embora a ampliação da escolarização represente uma conquista fundamental, as condições de participação, permanência e aprendizagem não se distribuem de maneira homogênea entre os estudantes. No ensino de Matemática, essa discussão ganha relevância quando se considera que diferentes condições sociais e educacionais podem interferir nas oportunidades de aprendizagem.

As políticas públicas educacionais constituem importantes instrumentos para o enfrentamento dessas desigualdades, pois estabelecem princípios, metas, estratégias e responsabilidades para os diferentes sistemas de ensino. Entretanto, existe uma diferença analiticamente importante entre reconhecer a equidade como princípio e estabelecer mecanismos capazes de operacionalizá-la.

A investigação integra uma pesquisa mais ampla sobre políticas educacionais e equidade no ensino de Matemática. Em etapa anterior, o corpus foi submetido a análise documental associada ao processamento textual pelo IRaMuTeQ. O presente trabalho não retoma os resultados lexicais dessa etapa. Seu foco desloca-se para uma questão específica: de que maneira os documentos transformam princípios relacionados à equidade em estratégias ou mecanismos de ação educacional?

Para realizar essa leitura, utiliza-se como referência interpretativa a *Complex Instruction* (CI), desenvolvida por Elizabeth Cohen. Essa abordagem atribui importância às relações de status existentes nos grupos, ao reconhecimento de múltiplas competências, à interdependência positiva e à ampliação das oportunidades de

1. Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
2. Professora orientadora, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

ISSN: 2358-8829

participação intelectual. Assim, o objetivo deste estudo é analisar como princípios relacionados à equidade presentes nas políticas educacionais são convertidos, ou não, em mecanismos e estratégias de ação, discutindo suas possíveis aproximações com os pressupostos da *Complex Instruction* para o ensino de Matemática.

METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como qualitativa, documental e interpretativa. O corpus deriva da pesquisa mais ampla desenvolvida pelas autoras e contempla documentos oficiais de abrangência nacional e estadual relacionados às políticas educacionais brasileiras. A pesquisa original informa a constituição de um corpus de 12 documentos, abrangendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular, planos educacionais, com delimitação dos planos estaduais à região Nordeste, além de diretrizes, documentos curriculares e programas de formação docente.

Neste recorte, não são retomados os procedimentos estatísticos realizados com o IRaMuTeQ. Procedeu-se a uma releitura temática e comparativa do corpus, orientada pela passagem da equidade do plano normativo para o plano operacional. Foram consideradas cinco categorias: equidade declarada; público ou grupo identificado; mecanismo de ação; relação com participação e aprendizagem; e aproximação com a Complex Instruction. A utilização dessas categorias permite distinguir menções gerais à equidade de dispositivos que apresentam maior grau de concretização.

Para preservar a rastreabilidade das fontes, os documentos foram designados nas referências pelos códigos F1 a F12.

Uso de Inteligência Artificial Generativa. Em conformidade com a Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026, que institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq, declara-se a utilização do ChatGPT, da OpenAI, como ferramenta de Inteligência Artificial Generativa de apoio à organização e sistematização do corpus, à estruturação das categorias analíticas e à revisão linguística e textual deste trabalho. A ferramenta não substituiu a análise documental, a interpretação dos dados nem as decisões teórico-metodológicas das pesquisadoras. Todo o conteúdo produzido

1. Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
2. Professora orientadora, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

com apoio da IA foi revisado, conferido e validado pelas autoras, que assumem integral responsabilidade pela autoria, precisão das informações, interpretações e resultados apresentados, observando os princípios de transparência, integridade e responsabilidade científica estabelecidos pelo CNPq.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A releitura qualitativa do corpus permitiu deslocar a análise da frequência e associação lexical para a forma como a equidade é expressa e operacionalizada nos documentos educacionais. É possível identificar um movimento que parte de formulações de caráter mais abrangente, relacionadas à igualdade de oportunidades, universalização, inclusão e redução das desigualdades, e avança, em determinados documentos, para mecanismos mais diretamente associados à aprendizagem, ao desenvolvimento e ao acompanhamento dos estudantes.

Esse movimento aparece de maneira particularmente clara nos excertos disponíveis do corpus. Na BNCC, são associados direitos de aprendizagem, desenvolvimento e equidade educacional; na Bahia, articulam-se acesso, permanência, qualidade, aprendizagem e desenvolvimento integral; no Ceará, o monitoramento das metas envolve indicadores, avaliação, desempenho e aprendizagem; Pernambuco relaciona expansão educacional à inclusão social e à redução das desigualdades; e Sergipe associa universalização do atendimento à melhoria da qualidade e à valorização profissional.

A leitura comparativa permite distinguir equidade declarada e equidade operacional. Na primeira, predominam princípios e objetivos gerais de inclusão, universalização e redução das desigualdades. Na segunda, esses princípios passam a ser acompanhados por mecanismos como monitoramento, avaliação, formação, expansão da oferta e garantia de direitos de aprendizagem.

Sob a perspectiva da Complex Instruction, pode-se acrescentar uma terceira dimensão analítica: a equidade relacional. Essa dimensão direciona a atenção para a distribuição das oportunidades de participação intelectual, o reconhecimento das múltiplas competências e o enfrentamento das hierarquias de status no processo de

1. Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
2. Professora orientadora, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

aprendizagem. Desse modo, propõe-se compreender o corpus por meio de um contínuo analítico: equidade declarada, equidade operacional e equidade relacional.

Essa leitura constitui um recorte distinto da análise lexical anteriormente realizada, pois o foco deixa de ser a frequência e a associação de termos e passa a ser o grau de concretização dos princípios de equidade nas políticas e suas possíveis relações com as oportunidades de participação e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permite compreender que a presença de princípios relacionados à equidade nas políticas educacionais constitui condição necessária, mas não suficiente para assegurar sua concretização. Os documentos apresentam diferentes graus de operacionalização: alguns estabelecem princípios amplos de igualdade e inclusão; outros identificam desigualdades ou públicos específicos; e determinados dispositivos avançam para estratégias destinadas ao enfrentamento dessas condições.

A leitura orientada pela Complex Instruction acrescenta uma dimensão relacional ao debate, ao chamar atenção para a participação intelectual, o reconhecimento das múltiplas competências e as relações de status que podem interferir nas oportunidades de aprendizagem. No ensino de Matemática, essa perspectiva permite compreender a equidade para além da igualdade formal de acesso, considerando também as condições concretas para que diferentes estudantes participem da construção do conhecimento matemático.

O estudo evidencia, portanto, a importância de analisar não somente se a equidade está presente nos documentos, mas como ela é traduzida em mecanismos capazes de alcançar sujeitos e contextos educacionais. A distinção entre equidade declarada, operacional e relacional apresenta-se como uma possibilidade analítica para estudos posteriores sobre políticas públicas e ensino de Matemática.

Palavras-chave: Equidade educacional; Ensino de Matemática; Complex Instruction; Políticas educacionais; Análise documental.

1. Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
2. Professora orientadora, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES DOCUMENTAIS:

[F1] BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.
[F2] BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Brasília, DF: MEC, 2018.
[F3] BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014.
[F4] ALAGOAS. Plano Estadual de Educação de Alagoas.
[F5] BAHIA. Plano Estadual de Educação da Bahia.
[F6] CEARÁ. Plano Estadual de Educação do Ceará.
[F7] MARANHÃO. Plano Estadual de Educação do Maranhão.
[F8] PARAÍBA. Plano Estadual de Educação da Paraíba.
[F9] PERNAMBUCO. Plano Estadual de Educação de Pernambuco.
[F10] PIAUÍ. Plano Estadual de Educação do Piauí.
[F11] RIO GRANDE DO NORTE. Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte.
[F12] SERGIPE. Plano Estadual de Educação de Sergipe.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica do CNPq. Brasília, DF: CNPq, 2026.

BOALER, Jo. Promoting relational equity and high mathematics achievement through an innovative mixed-ability approach. British Educational Research Journal, v. 34, n. 2, p. 167-194, 2008.

COHEN, Elizabeth G. Designing Groupwork: Strategies for the Heterogeneous Classroom. 2. ed. New York: Teachers College Press, 1994.

COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Designing Groupwork: Strategies for the Heterogeneous Classroom. 3. ed. New York: Teachers College Press, 2014.

COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A.; SCARLOSS, Beth A.; ARELLANO, Arlene R. Complex Instruction: Equity in Cooperative Learning Classrooms. Theory Into Practice, v. 38, n. 2, p. 80-86, 1999.

1. Graduada do Curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG
2. Professora orientadora, Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.